



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

ROBERTA  
CAROLINA DE  
NOVAES E  
SOUZA  
DANTAS/28551  
14/11/2023 19:23

**Subcomitê Regional do PJe**

**Ata nº 07/2023**

**1. Informações da reunião**

Tipo de reunião: Ordinária

Data: 24/10/2023, às 15:00 horas, por videoconferência (plataforma Zoom)

**2. Participantes**

**2.1. Presentes - Portaria GP nº 16/2023**

Roberta Carolina de Novaes e Souza Dantas - Juíza Auxiliar da Presidência	TRT-2
Olga Vishnevsky Fortes - Juíza Auxiliar da Corregedoria Regional	TRT-2
Juliana Jamtchek Grosso - Juíza do Trabalho Titular	TRT-2
Renata Prado de Oliveira - Juíza do Trabalho Substituta	TRT-2
Virgílio Bernardes Carbonieri - Procurador do Estado de São Paulo	PGE
Marisa Regina Murad Legaspe - Procuradora - Ministério Público do Trabalho 2ª Região	MPT
Antonio Carlos Bratefixe Junior - Advogado representante da OAB/SP	OAB
Marcelo Aparecido Ferraz - Secretária-Geral Judiciária (substituindo Ana Celina Ribeiro Ciancio Siqueira)	TRT-2
Lucélia de Melo Silva - Diretora de secretaria - 1º grau	TRT-2
Claudia Pinheiro - Secretária de Tecnologia da Informação e Comunicações (substituindo Márcio Nisi Gonçalves)	TRT-2
Michele Vieira Campos - Coordenadoria de Apoio aos Sistemas Judiciais Eletrônicos	TRT-2



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

<b>2.2. Ausências justificadas</b>	
Homero Batista Mateus da Silva - Desembargador do Trabalho / Coordenador	TRT-2
Maria Inês Ebert Gatti - Secretária da Vice-Presidência Administrativa	TRT-2
Rita Kotomi Yuri - Secretária Geral da Presidência	TRT-2
Conrado Augusto Pires - Secretária da Corregedoria Regional	TRT-2
João Ricardo Crema de Oliveira - Calculista	TRT-2
Francisco Sorio Flor - Oficial de justiça avaliador	TRT-2
Sérgio Stankevicius - Diretor de secretaria - 2º grau	TRT-2
<b>2.3. Outros participantes - Art. 8º, §4º do Ato GP nº 21/2023</b>	
Hudson Lincoln Gomes dos Santos - Coordenadoria de Sistemas de TIC	TRT-2
Clarissa Lins Mattos - MPT/PRT da 2ª Região/Setor Judicial	MPT
Rosemeire Cassia de Souza Cerqueira - Chefe da Secretaria da Coordenadoria do 2º grau	MPT
<b>3. Deliberações</b>	
<p><b>1. Integração com o Domicílio Judicial Eletrônico</b></p> <p>Cientificados os integrantes presentes que o Domicílio Judicial Eletrônico está sendo homologado e em breve será integrado ao sistema PJe do TRT da 2ª Região para notificações iniciais de instituições financeiras cadastradas pelo CNJ.</p> <p>Faremos uma divulgação na página do Tribunal na internet, com indicação de material de comunicação disponibilizado na página do CNJ e também de vídeo instrucional para usuários internos.</p> <p>Assim que houver data definida para implantação, o advogado representante da OAB, Dr. Antonio Carlos Bratefixe Junior, será informado.</p>	



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

## 2. Demandas do MPT

### a. Peticionamento de grande quantidade de arquivos para instrução de ACP do MPT

Pela servidora da Seção de Autuação, Análise e Distribuição/Setor Judicial do MPU, Clarissa Lins Mattos, foi apresentada dúvida acerca da melhor forma de juntar as conversas dos grupos de whatsapp como prova em ação civil pública que será protocolada no sistema PJe. São arquivos de tamanho expressivo e com formatos variados. No passado, já enfrentaram problemas em outras ações, nas quais tornou-se inviável gerar o arquivo pdf da ação em razão da quantidade de documentos do processo.

Por se tratar de matéria jurisdicional, pelas Juízas auxiliares da Presidência e Corregedoria, Dra. Roberta e Dra. Olga, foi dito que não há como impor institucionalmente a forma como o(a) magistrado(a) receberá os arquivos. Foi sugerido que realizem a distribuição da ação no sistema PJe, solicitando diretamente a(o) juiz(a) do processo autorização e orientação quanto à possibilidade de apresentar os arquivos em outros meios, disponibilizando, por exemplo, mídia física com cópia na Secretaria da Vara do Trabalho para que a outra parte tenha acesso aos arquivos.

Em resposta à consulta do MPT, as Coordenadorias de Sistemas de TIC e de Apoio à Utilização dos Sistemas Judiciais Eletrônicos apresentarão informação técnica relativa à experiência que tivemos, no passado, em que o sistema apresentou essa limitação na juntada de grande volume de documentos. Pelo Procurador da PGE, Dr. Virgílio Bernardes Carbonieri, foi dito que enfrentam muitos problemas na tentativa de juntada de grande volume de documentos via MNI, tendo que utilizar diretamente o PJe para concluir a atividade.

### b. Pesquisas de sentenças por temas (portal VOX)

Acerca do pedido para acesso a pesquisa de sentenças por temas (portal VOX), o diretor da SETIC, Márcio Nisi Gonçalves, entrou em contato com Diretor da SETIC do TRT da 4ª Região e informou que o portal vox é a intranet daquele Tribunal, em que há várias aplicações de uso interno e exclusivo do TRT4. A pesquisa textual de sentenças que possuem é solução interna, não nacionalizada, acessível apenas por magistrados e servidores a partir da rede interna do TRT-4.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Pelas Juízas auxiliares da Presidência e Corregedoria, Dra. Roberta e Dra. Olga, foi indicado, alternativamente, o uso do PANGEA, sistema desenvolvido pelo TRT-4 para pesquisa de precedentes qualificados, nacionais e regionais, já disponibilizado para o TRT da 2ª Região.

**c. Problemas ao acessar notebooks nas sessões de julgamento**

A Exma. Procuradora do Ministério Público do Trabalho da 2ª Região, Dra. Marisa Regina Murad Legaspe, noticiou que muitos procuradores têm enfrentado dificuldades técnicas de acesso ao PJe nos computadores do Tribunal, instalados nas salas de sessões de julgamento, em especial para reconhecimento do token do usuário. Para minimizar o problema de acesso, alguns têm levado o notebook para conseguir participar da sessão.

A Sra. Cláudia, pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, informou que, em se tratando de certificados emitidos para procuradores do mesmo ente, devem ser, provavelmente, da mesma cadeia de certificados, e, assim, os computadores podem ser preparados para uso desses tokens.

Por não se tratar de problema propriamente do sistema PJe, mas, sim, de requisitos técnicos de acesso ao sistema nas máquinas disponibilizadas nas salas de sessões de julgamento, a Dra. Roberta solicitou que o relato seja encaminhado para a Presidência, no e-mail [gabpres@trt2.jus.br](mailto:gabpres@trt2.jus.br), para que seja feita uma análise mais aprofundada do problema.

**d. Erros na autuação de recursos**

Pela Dra. Marisa Regina Murad Legaspe foi informado que erros na autuação de recursos no PJe de 2º grau vem ocorrendo com frequência.

A Dra. Roberta informou que, na atual versão do sistema, ocorre erro técnico na tentativa de retificar a autuação de recursos (por exemplo, ao realizar a duplicação de partes nos polos) e que uma solução de contorno já foi divulgada para os usuários internos:

<https://intranet.trt2.jus.br/sistemas-pje/nucleo-pje/avisos/aviso/falha-para-retificar-autuacao-2o-grau>

O erro será corrigido na próxima versão do sistema, em que será realizada nova divulgação para que os usuários internos se atentem para a correta autuação dos recursos remetidos ao 2º grau.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

### 3. Demanda da PGE/SP

Dr. Virgílio Bernardes Carbonieri, Procurador do Estado de São Paulo, encaminhou e-mail ao Subcomitê noticiando as dificuldades na configuração do MNI 3.0 em ambiente de homologação. Solicitou uma previsão para a correção do problema, para que possam configurar e utilizar a versão 3.0, que corrige algumas falhas da versão atual, 2.2.

Pela SETIC foi informado, por e-mail, que verificaram se tratar de defeito, que não considera o papel de procurador chefe, que é justamente o papel utilizado na integração via MNI. O problema foi reportado no Jira/CSJT sob nº PJEKZ-86660, cuja solução independe deste Tribunal. Por fim, até a solução definitiva do problema, orientaram a Procuradoria a continuar utilizando a versão 2.2.2 do MNI ou realizar as atividades necessárias no próprio PJe.

### 4. Não foram apresentadas demandas pela OAB

### 4. Fechamento

Encerrada a reunião às 15:30 horas.

Próxima reunião: dia 28 de novembro de 2023, às 15 horas, por videoconferência.

**ROBERTA CAROLINA DE NOVAES E SOUZA DANTAS**

Juíza do Trabalho Auxiliar da Presidência

Vice-coordenadora do Subcomitê Regional do PJe do TRT da 2ª Região